

A expansão do ensino secundário no Paraná (1942-1961)

*Thais Bento Faria*¹

The expansion of secondary education in Paraná (1942-1961)

La expansión de la educación secundaria en Paraná (1942-1961)

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a expansão do ensino secundário no estado do Paraná entre 1942 e 1961, período durante o qual Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) estiveram à frente da administração pública paranaense. Esta pesquisa bibliográfica e documental examina uma diversidade de documentos, observando que, em 1955, a rede particular de ensino secundário das 25 unidades da federação (com exceção do Paraná) era maior que a rede pública. Aborda o Paraná em duas frentes de atuação: a criação de cursos ginasiais e a transformação de ginásios municipais em ginásios estaduais, em plena fase de expansão do ensino secundário público.

Palavras-chave: *Paraná; Ensino secundário; Modernidade.*

Abstract

This article analyzes the expansion of secondary education in Paraná between 1942 and 1961, a period during which Moysés Lupion (1947-1951 and 1956-1961) and Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) were responsible for the Paraná public administration. This bibliographical and documentary research examines a variety of documents, noting that, in 1955,

¹ Doutora e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: thaisbentofaria@gmail.com

the private secondary education network of the 25 federation units (except for Paraná) was larger than the public network. It approaches Paraná on two fronts of actuation: the creation of junior high school and the transformation of municipal middle school and high school into state middle school and high school, amid the expansion of public secondary education.

Keywords: *Paraná; High School; Modernity.*

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la expansión de la educación secundaria en el estado de Paraná entre 1942 y 1961, período durante el cual Moisés Lupion (1947-1951 y 1956-1961) y Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) estuvieron al frente de la administración pública de Paraná. Esta investigación bibliográfica y documental examina una variedad de documentos, señalando que, en 1955, la red de educación secundaria privada en los 25 estados de la federación (con la excepción de Paraná) era más grande que la red pública. Se acerca a Paraná en dos frentes: la creación de cursos de secundaria y la transformación de gimnasios municipales en gimnasios estatales, en medio de la fase de expansión de la educación secundaria pública.

Palabras clave: *Paraná; Enseñanza secundaria; Modernidad.*

Introdução

A expansão do ensino secundário no estado do Paraná, entre 1942 e 1961, é o objeto de análise deste escrito. Nesse período, em que ocorreram a (re)ocupação² do território e a criação de novos municípios, paralelamente ao discurso de progresso e modernização, Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) estiveram à frente da administração pública paranaense. Em função da elitização histórica desse nível de ensino, atrelada a um Paraná em transformação e com intensa demanda por escolarização das elites locais, sobretudo rurais, acrescida de pressões populares, emerge a necessidade de educação para além da escola primária.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário é o marco inicial, considerando-se que, junto com outras leis orgânicas, reestruturou o ensino secundário em dois ciclos: o curso ginásial (secundário, industrial, comercial, normal e agrícola), de quatro anos de duração; e o curso colegial, de três anos, sendo o curso clássico voltado para a formação intelectual, com ênfase no estudo da filosofia e das letras antigas, e o curso científico, focado no estudo de ciências (BRASIL, 1942; NUNES, 2000). Esta investigação abarca o período em que o ensino secundário mantinha um caráter mais elitizante, normatizado pelas Leis Orgânicas de Capanema. Percorre o tempo em que as Leis de Equivalência³, dos anos 50 do século XX, amenizaram a seletividade educacional e finaliza quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, garante maior flexibilização, diversificação e amplia o acesso ao curso superior, independente do ramo do ensino médio.

2 Cainelli (1994), Capelo (2000), Faria (2017), Faria e Schelbauer (2019), Hoff (1991), Schelbauer (2014) e Tomazi (1997) empregam o termo (re)ocupação em estudos historiográficos sobre certas regiões paranaenses ou acerca do Paraná. Este escrito também opta por essa designação.

3 Nunes (2000) esclarece que as Leis de Equivalência, da década de 1950, possibilitavam a transferência do aluno de um tipo de ensino a outro, mediante exame de adaptação, ou de um ciclo de estudo ao outro, por intermédio de exame de complementação, articulando legalmente o ensino secundário aos demais ramos de ingresso, após exame vestibular ao ensino superior. A primeira Lei de Equivalência é datada de 1950; a segunda de 1953 e, em 1957, houve acréscimos na lei anterior. A LDB, em 1961, estabeleceu equivalência a todos os cursos do ensino médio.

A pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, analisou uma diversidade de documentos históricos: mensagens de governador (Arquivo Público do Paraná); *A Educação no Paraná (Síntese sobre o ensino público elementar e médio)*, redigida por Erasmo Pilotto (1954) para compor a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), a pedido de Anísio Teixeira, na época, diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); mensagens presidenciais; estudo sobre a educação secundária no Brasil, elaborado por Jayme Abreu para o Seminário Interamericano de Educação Secundária, realizado no Chile e divulgado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em 1955. Também estabelece diálogo com a historiografia paranaense, notadamente com os estudos de Kunhavalik (2004), Oliveira (2017), Priori *et al.* (2012), e obras produzidas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (1989); com a produção sobre a história da educação no Paraná, por meio dos estudos de Castro (2010), Chaves Junior (2017, 2018), Faria (2017), Faria e Schelbauer (2019), Oliveira e Chaves Junior (2020), Vieira (2001) e Souza (2014); e com a produção sobre a história do ensino secundário no Brasil, com destaque para os estudos de Braghini (2005), Braghini e Bontempi Junior (2012), Nunes (2000), Souza (2008, 2009), Rosa e Dallabrida (2016).

Em recente artigo, “História(s) do ensino secundário no Paraná (1942-1961): um estado da arte”, Oliveira e Chaves Junior (2020) realizaram uma busca sistematizada e analítica dos trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação nacional acerca da temática, entre 1942 e 1961. Em grande parte, localizaram trabalhos que remetiam, direta ou indiretamente, ao Colégio Estadual do Paraná, com sete estudos sobre essa tradicional instituição escolar paranaense. Além disso, também contabilizaram 31 instituições pesquisadas, sendo que o maior interesse se voltou para o ensino secundário e o ensino normal, correspondendo a 77,5% dos trabalhos. Sobre os temas, eles os agruparam em quatro categorias: história das instituições escolares (50%); formação de professores (20%); disciplinas escolares (17,5%); arquitetura escolar (7,5%) e outros (5%).

A análise da expansão do ensino secundário, conforme os recortes espaciais e temporais já mencionados, demandou o emprego dos conceitos “moderno” e “modernização”. Concorde-se com Le Goff (1990, p. 167) que propõe que “antigo” pode ser substituído por “tradicional” e “moderno”, por “recente” ou “novo”. Essas substituições acompanham conotações laudatórias, pejorativas ou neutras. O historiador explica que o par “antigo/moderno” foi introduzido, principalmente no Terceiro Mundo, na segunda metade do século XX, “privilegiando a ideia de ‘modernização’”. Todavia, há que se considerar a ambiguidade que carregam esses termos, sobretudo o conceito de “moderno”, que pode significar a ruptura com o passado ou “[...] camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado [...]”. Nesta pesquisa, os conceitos “moderno”, “modernidade” e “modernização” são permeados pela tônica racional e progressista, arremetendo à ruptura com o passado.

Le Goff (1990) assinala que o estudo do par “antigo/moderno” passa pela análise do momento histórico que traz a ideia de “modernidade”, criada para rebaixar, exaltar, distinguir e/ou afastar uma “antiguidade”. Esclarece, também, que se denomina “modernismo” ou “modernidade” a tomada de consciência ou a vontade coletiva de assumir as rupturas com o passado. Essa vontade e/ou essa tomada de consciência se evidenciam nos discursos dos governadores do estado do Paraná citados (Lupion e Bento Munhoz), buscando criar um novo tempo pelo desenvolvimento de cidades; transformação das técnicas agrícolas; expansão da pedagogia escolanovista e das escolas normais; mudanças no âmbito cultural, na linguagem da arquitetura; expansão da rede pública do ensino secundário paranaense.

Apresentados o tema, objetivo, fontes documentais, aporte teórico, recortes temporal e espacial que dialogam e sustentam a presente pesquisa, o tópico a seguir, *Expansão e modernização de um território e do ensino secundário*, apresenta o cenário em expansão, marcado pela criação de cidades e pela difusão da ideia de modernidade por meio de diversas facetas – econômica, cultural,

arquitetônica –, com destaque para a educação e a expansão do ensino secundário no estado do Paraná.

No decorrer do texto, cada nome de cidade, conhecida e desconhecida, muitas interioranas e de pequeno porte, simboliza a interiorização e a expansão do ensino secundário para atender aos fluxos migratórios, aos sujeitos históricos que se moviam em busca de novos tempos e de melhores condições de vida. Escrever o nome de novas cidades, que exigiam e requisitavam cursos de ensino secundário, é como tomar no texto o próprio movimento populacional em direção a novas terras, habitadas pelo “homem ordinário”, o “herói comum”, o “caminhante inumerável”, verdadeiro “murmúrio das sociedades” (CERTEAU, 1998), que, movido pelo desejo de progresso, fortuna ou mera sobrevivência, ajudou a desbravar, abrir estradas e novos caminhos para um Paraná moderno, sustentado por uma economia rural e que apostou na educação como fator modernizante. Como afirma Nunes (2000), a demanda social de 1950 e 1960 colocou em xeque a seletividade do ensino secundário e, em alguma medida, esse movimento reverberou para o território paranaense.

Expansão e modernização de um território e do ensino secundário

O Paraná vislumbrava a expansão do ensino secundário, fenômeno associado ao surgimento de novas municipalidades: em 1952, criaram-se 41 novas cidades; em 1955, 32; em 1961, quando atingiu seu recorde, surgiram 81 municípios (OLIVEIRA, 2017). Oliveira (2017, p. 35) relaciona o surpreendente surgimento de cidades aos interesses políticos, em particular, o eleitoral, bem como afirma que esse surgimento “[...] traduz inegavelmente um padrão de adensamento urbano”.

[...] o Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de novos centros urbanos. No

caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café. No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia. (OLIVEIRA, 2017, p. 35)

Por motivações políticas e econômicas, ocorreu a disseminação de cidades na gestão dos governadores Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz (1951-1955). Em discursos governamentais, Bento Munhoz afirmava que o Paraná vivia um verdadeiro “espetáculo de prosperidade”; Lupion reconhecía o estado como “terra de oportunidades”. A visão progressista desses administradores públicos consolida em seus mandatos a “arte” de povoar (IPARDES, 1989).

O apogeu da cafeicultura paranaense atraiu pessoas do Brasil e do exterior interessadas em investir em terras, buscar trabalho e melhores condições de vida. “O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 102); diversas cidades enriqueceram e, ao término da fase próspera, algumas perderam importância ou quase sucumbiram.

Sob o espírito modernizador que envolvia a produção agrícola no estado do Paraná, começaram a absorver técnicas modernizantes. Desde 1950, o processo de modernização da agricultura dependia da importação de produtos, máquinas e insumos agrícolas do exterior. “Contudo, o processo de modernização apenas se consolidou na década de 1960, momento em que a produção agrícola brasileira se integrou tecnicamente ao setor urbano e industrial, visando ganhos econômicos em maior quantidade” (PRIORI *et al.*, 2012, p. 119). Essa década principiou políticas governamentais de racionalização do plantio da cafeicultura e de estímulo à diversificação do uso da terra, com a produção de soja, milho e trigo.

O ideário modernizador também invadiu o âmbito educativo. Faria e Schelbauer (2019) tratam da modernização do “sertão”⁴ paranaense entre 1940 e 1960 e destacam a figura de dois educadores – Erasmo Pilotto e Diva Vidal. Era um momento em que se expandiam a pedagogia escolanovista e as escolas normais, que, como estratégia de modernização da prática pedagógica das escolas primárias rurais, utilizaram a imprensa pedagógica, as escolas formadoras de docentes, os documentos normativos e orientadores.

A partir de 1950, observa-se a preocupação com a integração estadual. Nessa direção, elaborou-se o plano rodoviário, sobretudo, para ligar o norte do estado com a Capital e para garantir o escoamento da produção pelo Porto de Paranaguá, firmando-se as integrações social e política. No âmbito cultural, ocorreu a construção do Teatro Guaíra, da Biblioteca Pública do Paraná e de investimentos em instituições de ensino superior, como a federalização da Universidade do Paraná, transformando Curitiba em um centro universitário (KUNHAVALIK, 2004). Entretanto, conclui Faria (2017, p. 88): “não bastava a criação de ferrovias, rodovias, arquitetar prédios públicos, símbolos do poder de Curitiba como centro do estado”, era preciso se interiorizar a educação, instituir escolas para formar mentalidades e delinear o paranaense. É nesse contexto que se compreende a expansão do ensino secundário.

Para analisar o ensino secundário no estado do Paraná e compor a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, não por acaso, Erasmo Pilotto (1910-1992), sujeito histórico envolvido com questões educacionais como professor, escritor, político, crítico e administrador público, foi o nome escolhido pelo INEP. De 1949 a 1951, respondeu pela Secretaria da Educação e Cultura (SEC) no Paraná; esteve na direção da Associação de Estudos Pedagógicos para os cursos normais regionais e da *Revista de Pedagogia*, entre 1957 e 1966 (FARIA; SCHELBAUER, 2019). Pilotto cursou a Escola Normal de Curitiba,

4 Faria e Schelbauer (2019) provocam ao trazer a palavra “sertão” para contrapor à modernidade pretendida nas décadas de 1940 a 1960, em terra paranaense. Compreende-se “sertão” como região interiorana, muitas vezes símbolo de atraso.

em 1927; participou de círculos de cultura de divulgação de ideias escolanovistas de 1927 a 1930; atuou como delegado do Paraná na V Conferência Nacional de Educação. Indubitavelmente, ao longo das décadas de 30 a 80 do século XX, ele foi liderança local e referência nacional na educação (VIEIRA, 2001).

A expansão do ensino secundário no Paraná pode ser dividida, como propõe Pilotto (1954, p. 87), em dois momentos: o primeiro, com a Revolução de 1930, marca “[...] o advento em massa do ensino particular secundário”; o segundo, uma “fase de decadência profunda da qualidade da formação” e de “comercialização do ensino”, embora com certa democratização.

De 1937 a 1945, o Paraná teve Manoel Ribas como interventor no regime do Estado Novo. Já de 1945 a março de 1947, estiveram em seu governo cinco interventores diferentes, por curto espaço de tempo (PARANÁ, 2000). Nesse contexto de expansão do ensino secundário, foram criados, em 1944, três colégios estaduais em cidades maiores, como Ponta Grossa, Paranaguá e Curitiba; em 1948, registrou-se a criação de apenas uma escola normal secundária, em um município também maior, Guarapuava. Em 1944 e 1948, as leis e decretos registram a criação de instituições secundárias de 2º ciclo em locais mais populosos (PARANÁ, 1957).

Atento aos problemas advindos da expansão, Pilotto (1954) apresenta a crítica à interiorização do ensino de baixo padrão, em razão da dificuldade de se contratar professores capacitados. O educador pondera que não era possível criar escolas e abandonar seus mestres. Era necessário um programa permanente de formação e de aperfeiçoamento em serviço. Abreu (1955) reconhece o professorado como o ponto mais fraco da escola secundária brasileira, por ser um “magistério de emergência”; para ilustrar, registra que, em 1951, de uma amostra de 1.377 professores secundários em exercício, em que constava a formação profissional no Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura (MEC), apenas 8% eram diplomados por Faculdades de Filosofia, o que denota que esse era tanto um problema paranaense quanto brasileiro.

Diante do compromisso com a interiorização de diferentes níveis de ensino, Pilotto (1954) define os anos de 1949 e 1950 como o segundo e novo momento de democratização do ensino secundário, quando se expandiu a rede de estabelecimentos pelo interior do estado. Para comprovar sua afirmativa, menciona que, antes de assumir a Secretaria de Educação e Cultura, em 1948, havia 50 ginásios, dos quais apenas dez eram estaduais e, mesmo nos públicos, os estudantes estavam sujeitos ao pagamento de taxas; “os 40 restantes pertenciam, 26 a particulares e 14 aos municípios. Em todos eles, o regime de taxas era sempre elevado, contribuindo ainda mais para tornar os nossos cursos secundários verdadeiras escolas de classe” (PILOTTO, 1954, p. 88). Segundo o educador, dois anos depois, ao deixar a SEC, o Paraná contava com 70 ginásios, sendo 24 particulares e 46 estaduais; e 41 escolas de formação do magistério primário, elevando-se a frequência de cursos oficiais de grau médio de 5.033 para 10.540.

Pilotto (1954) aborda uma preocupação que atravessava o Paraná e o Brasil. A Diretoria do Ensino Secundário do MEC instaurara, em 1953, a Campanha Nacional de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (Cades), com a finalidade de promover cursos para professores leigos, no período de férias, como preparação para o exame de suficiência, haja vista que, na década de 1950, mais de 80% de professores leigos lecionavam no ensino secundário, em geral, profissionais liberais (ROSA; DALLABRIDA, 2016). Visava também patrocinar jornadas pedagógicas e cursos de aperfeiçoamento no interior dos estados, por intermédio das Inspetorias Seccionais (NUNES, 2000). Considerava-se que “o ensino secundário deveria ser a mola central do direcionamento social da juventude [...]” e o formato clássico, reservado a um grupo seletivo e à formação de elites condutoras, estava em decadência e era considerado anacrônico, conforme salientam Braghini e Bontempi Junior (2012, p. 257).

Entre 1945 e 1964, o Brasil vivenciava um momento importante para a história da democratização, especialmente do ensino secundário em razão de sua extraordinária expansão, comparado às décadas anteriores (SOUZA, 2009).

Nesse intervalo entre o Estado Novo e o regime ditatorial de 1964, a pressão das populações urbanas sobre os políticos populistas obrigou à abertura de ginásios públicos, assumida como bandeira de luta nas câmaras estaduais e municipais (NUNES, 2000). Veja-se como esse fenômeno de modernização e democratização se desenrolou em terras paranaenses.

Em 1950, no Paraná, houve a criação de ginásios estaduais, o auxílio a ginásios municipais e particulares, assim como a aprovação da Lei de Gratuidade do Ensino Secundário e Normal (que isentou todas as taxas), e do regime de bolsas de estudos, para garantir que “[...] nenhum paranaense, tendo talento, deve ser impedido de estudar por força das suas condições de fortuna”. Observa-se a “[...] solicitação profunda das populações locais, a uma consciência nova, que compreendeu já, no meio do povo, que a simples educação primária não basta e é necessário superá-la” e inaugura-se o modelar Colégio Estadual do Paraná⁵ (PARANÁ, 1950, p. 157).

O Colégio Estadual do Paraná era aguardado desde 1943, com a solenidade de lançamento da pedra fundamental, contudo o projeto inicial não contemplava espaços para a prática desportiva. O novo projeto arquitetônico era mais completo, incluindo: “[...] edifício principal, ginásio de esportes, piscina olímpica, piscina de aprendizagem, campo de esportes e casa do zelador” (CASTRO, 2010, p. 249), com uma fachada principal imponente, um salão nobre elegante, abundantes aberturas, que garantiam iluminação e ventilação adequadas aos ambientes internos.

A beleza, a imponência, a adequação, a modernidade, o completo programa arquitetônico e o aparelhamento técnico – com requintes de um cinema e um observatório astronômico – faziam parte do caráter do edifício que iria materializar a instrução secundária no Estado. (CASTRO, 2010, p. 248, grifos da autora)

5 Sobre o Colégio Estadual do Paraná, ver Chaves Junior (2017, 2018).

Enquanto se ouviam os reclamos da população interiorana por ensino secundário, os trombones ressoavam o planejamento e a lenta materialização de um edifício-símbolo e modelar: o Colégio Estadual do Paraná. Castro (2010) analisa a arquitetura pública escolar paranaense, apresentando plantas, fachadas e projetos de muitas escolas primárias, referentes ao período de 1945 a 1951. Entre essas, havia poucas plantas, fachadas e projetos de escolas secundárias. O primeiro ginásio em nova sede foi construído na cidade de Bandeirantes. A princípio era para ser um grupo escolar, mas na inauguração havia sido transformado em ginásio. Outro ginásio também utilizou o projeto-tipo para grupos escolares.

Já o prédio do Ginásio de Santo Antônio da Platina foi projetado e construído para o ensino secundário. Antonina e Palmeiras também usaram o mesmo projeto arquitetônico de 1948, com algumas distinções: “[...] a circulação interna parece mais fluida e os ambientes de apoio pedagógico – como museu, biblioteca e laboratórios – ficaram mais próximos das salas de aula e do aluno, situação que condizia com os princípios escolanovistas” (CASTRO, 2010, p. 264). Comparado ao Colégio Estadual do Paraná, de Curitiba, o Ginásio Estadual de Ponta Grossa foi o maior edifício projetado no governo Lupion, construído em local mais alto, acentuando a imponência do edifício, como pontua a autora.

Em 1948, data da maioria dos projetos escolares do Governo Lupion, houve a intenção de relacionar a linguagem formal com o nível de ensino: escolas primárias eram neocoloniais e as secundárias teriam linhas mais contidas, retas e racionais, imprimindo pelas formas, um caráter específico e facilmente identificável a cada tipo de edifício escolar. (CASTRO, 2010, p. 267)

Nesse período, principiou uma linguagem formal para a arquitetura dos prédios do ensino secundário paranaense. O ano de 1949 é o marco da interiorização do ciclo ginasial no Paraná, pois cinco ginásios municipais foram estadualizados em Antonina, Bandeirantes, Palmeira, Pirajó do Sul e Rio Claro. Criaram-se

oito ginásios estaduais nas cidades de Jaguariaíva, Joaquim Távora, Mandaguari, Palmas, Rio Negro, Sertanópolis, Tibagi e Tomazina. Também foram criados 19 cursos normais regionais, instituídos em municípios pequenos como Andirá, Apucarana, Assaí, Bandeirantes, Cerro Azul, Foz do Iguaçu, Jaguariaíva, Londrina, Mandaguari, Palmas, Pitanga, Piraí do Sul, Rebouças, Rio Claro, Rio Negro, Rolândia, Sertanópolis, Siqueira Campos e Tibagi. Contudo, em 1949, foram criadas poucas escolas secundárias de 2º ciclo: somente duas escolas normais em Rio Negro e em União da Vitória, um colégio estadual e uma escola técnica de comércio, ambas em União da Vitória (PARANÁ, 1957).

O estudo de Souza (2014) confirma que, entre 1940 e 1950, a retórica das mensagens e dos relatórios dos governantes era notadamente pautada no moderno, destacando que a grande expansão da rede de estabelecimentos de instrução básica paranaense ocorreu na primeira gestão de Lupion (1947-1951), em um contexto de modernização do estado.

Esse Paraná rural, sem deixar de ser moderno, transpunha, para a educação, seu ideário. Em 1950, expandiram-se, expressivamente, os cursos normais regionais: sete foram criados em Antonina, Araçongas, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Prudentópolis, Quatiguá e Tomazina. Escolas normais secundárias, com tímida expansão, foram instituídas em Antonina e Cambará; apenas um colégio estadual foi inaugurado em Londrina. A preocupação era com os ginásios, ora com a instituição de escolas estaduais, como ocorreu em Assaí, Cambé, Castro, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Ipiranga, Irati, Laranjeiras do Sul, Mallet, Maringá, Santa Mariana, Sengés e Siqueira Campos, ora estadualizando-se cursos ginasiais municipais, o que aconteceu nos municípios de Andirá, Araçongas, Assaí, Carlópolis, Imbituva, Lapa, Morretes, Prudentópolis, Rolândia e São Mateus do Sul (PARANÁ, 1957).

A gestão do governador Bento Munhoz da Rocha Neto, entre 1951 e 1955, caracterizou-se por uma diminuta criação de cursos do ensino secundário. No primeiro ano de governo, em 1951, o ritmo de expansão desacelerou:

criaram-se dois ginásios estaduais, um em Cornélio Procópio e outro em Rebouças. Em 1952, foi criada uma escola normal secundária em Apucarana (PARANÁ, 1957). Sobre isso, Castro (2010, p. 288) menciona que a cidade de Apucarana “[...] recebeu o único colégio projetado no período”, apontando que o anteprojeto foi estampado no Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, em 1952.

Ainda na gestão de Bento Munhoz, em 1953, surgiram quatro ginásios estaduais em Castro, Clevelândia Pitanga e Santa Mariana; dois ginásios foram estadualizados em Castro e Irati; criaram-se três escolas normais secundárias em Bandeirantes, Londrina e Rolândia; um curso normal regional no município de Rio Cinzas. Em 1954, o foco foi o primeiro ciclo do ensino secundário, pois houve a criação de cinco ginásios estaduais em Pato Branco, Peabiru, São José dos Pinhais, Uraí e Wenceslau Braz; dois ginásios se estadualizaram nas cidades de Marialva e Maringá, e três escolas normais secundárias foram criadas, em Castro, Rio Claro e São Mateus do Sul, além de um colegial estadual em Paranavaí. No último ano de gestão de Bento Munhoz, em 1955, instituíram-se duas escolas ginásiais, uma em Curitiba e outra em Prudentópolis, e duas normais secundárias, uma em Maringá e outra em Prudentópolis (PARANÁ, 1957).

Entre 1951 e 1955, a “arquitetura oficial de linguagem modernista” das obras comemorativas do centenário de emancipação do Paraná estendeu-se a 42 edifícios escolares, sinalizando uma nova fase da arquitetura escolar; inclusive, a linguagem moderna se interiorizou, com 36 edifícios construídos em regiões recém-(re)ocupadas (CASTRO, 2010, p. 271). Escolano (2001, p. 26-45) lembra que a arquitetura escolar é um programa educador, uma espécie de discurso, que institui “símbolos estéticos, culturais e, também, ideológicos”, atua “[...] como um elemento do currículo invisível ou silencioso [...]”. Ao imprimir uma nova feição na arquitetura escolar, modernista na essência, o Paraná elegeu um discurso, um programa educador.

Com uma linguagem própria, expressa na arquitetura escolar, entre 1947 e 1951, Moysés Lupion criou 69 cursos de ensino secundário: 62 cursos do pri-

meiro ciclo foram criados e/ou estadualizados, sendo 26 cursos normais regionais; sete cursos de 2º ciclo, dentre eles, cinco escolas normais secundárias e dois colégios. É nítido que o centro das políticas educacionais, no período, era o ensino secundário de primeiro ciclo, sendo que os cursos normais regionais desempenharam um papel importante nesse processo, tentando dar respostas a duas situações emergenciais: expandir o ensino ginasial no interior do estado e formar professores primários para a zona rural (PARANÁ, 1957).

Em contrapartida, no período governado por Bento Munhoz, instituíram-se apenas 25 cursos de ensino secundário e, para suprir a necessidade de cursos do primeiro ciclo secundário, não se recorreu ao curso normal regional, criando-se 13 ginásios estaduais. Para a formação docente, privilegiou-se a criação de seis escolas normais secundárias (PARANÁ, 1957).

Os dados demonstram que, de 1949 a 1956, 30 ginásios tornaram-se estaduais, 19 deles durante as duas gestões de Lupion. Embora as mensagens presidenciais de 1950 recomendassem que a ampliação e o barateamento do ensino secundário acontecessem pela via do financiamento da rede particular, esses números informam que a educação secundária paranaense se movimentava contrariamente à recomendação nacional desse período (BRASIL, 1987, v. I). Em alguma medida, mais jovens poderiam conquistar a “senha para a ascensão social” (NUNES, 2000, p. 45).

Veja-se os dados da expansão do ensino secundário no Paraná por outro prisma, pelo número de matriculados.

Tabela 1 – Matrículas no ensino secundário no estado do Paraná em 1955.

	Ginásio estadual	Escola normal regional	Escola normal secundária	Escola normal particular	Colégio estadual	Total de matriculados no ensino secundário
Interior	6.957	1.424	860	336	4.991	14.568
Capital	1.145	----	319	294	4.290	6.048
Total	8.102	1.424	1.179	630	9.281	20.616

Fonte: Faria (2017, p. 89-90), Paraná (1956, p. 159-162).

Os números permitem algumas análises acerca dos matriculados no ensino secundário, nesse ano: havia concentração de matrículas no segundo ciclo na Capital paranaense, contrastando com a oferta no interior. No cômputo geral, 70,66% dos matriculados estavam no interior do estado; a maioria cursava o 1º ciclo, sobretudo por intermédio do ginásio estadual, com a contribuição da escola normal regional, que era uma instituição exclusivamente interiorana.

Dois anos depois, a mensagem governamental explicitava que as cidades consolidadas exigiam o funcionamento de ginásios, colégios, escolas de professores e ensino superior e que, em 1957, 13.220 alunos se encontravam matriculados no curso ginásial diurno e 6.605 no noturno, totalizando 19.825 matriculados no 1º ciclo. No curso colegial diurno, 749 eram os matriculados e 1.274 no noturno, totalizando 2.023 matrículas no 2º ciclo do ensino secundário (PARANÁ, 1958). A discrepância dos números entre 1955 e 1957 causa estranheza, pois houve aumento expressivo de matriculados no primeiro ciclo e redução no segundo ciclo, quiçá uma estratégia de atendimento ao número emergencial de jovens para o ginásio. Quando se analisa o turno das matrículas, vê-se que o ciclo colegial tinha a maior parte de frequência em classes noturnas. Uma hipótese é que o ingresso das camadas trabalhadoras no ensino secundário explique esses números.

Com base no detalhamento de matriculados em 1955, referentes a 50 cidades, em cursos do ensino secundário (ginásio estadual, escola normal regional, escola normal secundária, escola normal particular e colégio estadual), Faria (2017) avalia que, em dez municípios, a única maneira de se cursar o ginásial e de se formar professor era por intermédio do curso normal regional; em 16 cidades ofertavam-se o ginásial e o curso normal regional, todavia este tinha menor atratividade. Nenhuma das 50 cidades superava o número de matriculados do ginásio estadual. Nos acervos históricos que guardam a documentação de antigos cursos normais regionais, localizou-se, em diferentes anos de 1950, a Lei de Equivalência de 1953, como símbolo do esforço empreendido

para atrair mais público a essas escolas de formação docente. Conforme análise dos dados de 1955, de 17 escolas normais de 2º ciclo, em oito municípios não havia outra possibilidade de se cursar essa modalidade, se não fosse pela escola normal pública. Em seis cidades havia o curso normal regional e a escola normal secundária; em quatro delas, a maior parte estava no “[...] 1º Ciclo, dada a necessidade de cursar o ginásial, a emergência de formar professores e de posto de trabalho garantido ao término do curso” (FARIA, 2017, p. 91).

Em seu estudo sobre educação secundária no Brasil, Jayme Abreu (1955) expõe informações importantes. De 1933 a 1953, em âmbito nacional, ocorreu um crescimento de cerca de 490% das matrículas na escola secundária. No ano de 1953, de 1.768 estabelecimentos de ensino secundário, 616 localizavam-se nas capitais e 1.152, em cidades do interior. Pontua esse autor que a expansão do ensino secundário público era recente e “[...] se verifica que no Estado do Paraná já a maioria de matrícula na escola secundária é na escola pública” (ABREU, 1955, p. 37). Apesar da expansão, o caráter elitizante do secundário se mostra em números: de 100 alunos que buscavam a escola secundária, apenas 17 chegavam à quarta série ginásial. Portanto, a escolaridade média do aluno “[...] é, na *escola secundária brasileira, de quatro anos*”, o que demonstra um dos problemas desse nível de ensino – a evasão, justificada pelo seu desajuste funcional em relação à realidade social e ao problema de ordem econômica (ABREU, 1955, p. 42, grifos do autor). A pobreza e a falta de acesso das populações rurais, as pressões resultantes da inflação e o congelamento salarial dos cidadãos motivavam o grande contingente de adolescentes distantes da escola secundária, mesmo que em expansão, como esclarece Nunes (2000).

Dados sobre as unidades escolares em âmbito nacional no ano de 1954, oferecidos por Abreu (1955), mostram que, de 2.485 estabelecimentos de ensino secundário, 1.829 eram da rede particular. Destacava-se o ginásial com 1.771 estabelecimentos, contrastando com 714 de 2º ciclo do secundário, em que a

maioria se referia ao curso científico, com 529 estabelecimentos, e ao curso clássico, com apenas 186 de ensino secundário. Nas 25 unidades da federação, exceto no Paraná, a rede particular de ensino secundário era maior que a pública.

Ao se quantificar os dados da rede pública de ensino secundário, tem-se que São Paulo despontava com 306 unidades escolares. Minas Gerais tinha 58; Paraná, na terceira posição, 55; Rio Grande do Sul, 44 unidades escolares públicas; e o Distrito Federal, 43. Já o detalhamento da rede particular de ensino secundário demonstra que, em São Paulo, havia 364 unidades escolares; em Minas Gerais, 321; no Paraná, 46; no Rio Grande do Sul, 171; e no Distrito Federal, 253 unidades escolares particulares (ABREU, 1955). O que mais impressiona é a disparidade entre a rede pública e a rede particular dos demais estados e do Distrito Federal, o que não acontecia no Paraná: eram 55 unidades públicas e 46 particulares, com número aproximado de instituições de ensino secundário. Interessante que, em territórios federais como Acre, Rio Branco e Amapá, havia de uma a três unidades escolares de ensino secundário, exclusivamente mantidas pela entidade federal (ABREU, 1955).

O estudo de Jayme Abreu (1955) sobre a educação secundária no Brasil, correlacionado com as fontes documentais paranaenses, indica que o estado do Paraná, tal como as demais unidades da federação, difundia em maior quantidade as escolas secundárias de primeiro ciclo. Havia, também, problemas concernentes à presença de professorado sem formação específica para a docência. Entretanto, despontava uma diferença em relação aos demais estados brasileiros ao se investir na construção de uma rede de escolas secundárias estaduais, com certa equiparação com a iniciativa particular.

Observa-se, também, de 1956 a maio de 1957, com o retorno de Lupion ao governo do estado, a criação de 99 cursos em menos de dois anos, focando a atenção no 1º ciclo do ensino secundário: 34 cursos ginásiais e 32 cursos normais regionais, além de se continuar com o processo de estadualização

de ginásios. Enquanto isso, para o ensino secundário do segundo ciclo, instituíram-se 19 escolas normais secundárias, quatro colégios estaduais e seis escolas técnicas de comércio (PARANÁ, 1957).

De 106 municípios listados até 1957, em 23 cidades a população só poderia contar com o curso normal regional; em 24 municípios, o ginásial estadual foi o único curso secundário existente. Não se percebe essa ocorrência no ensino secundário de 2º ciclo, que, em geral, era criado em razão da existência do 1º ciclo, o qual trazia a necessidade e a possibilidade de a população acessar esse outro nível escolar. Raramente um município tinha apenas o colegial estadual, como era o caso de Jacarezinho e de Paranaguá, ou a escola normal secundária, como acontecia em Cambará, Campo Largo, Guarapuava e Porecatu (PARANÁ, 1957).

A expansão do ensino secundário no Paraná precisa ser pensada conjuntamente com o ensino secundário em âmbito nacional. Braghini (2005, p. 9, grifos da autora) traz uma reflexão necessária sobre o ensino secundário brasileiro:

Existia um diálogo entre o *velho* e o *novo*, entre as reminiscências do período Vargas/Capanema e o desenvolvimentismo de JK, entre a educação para as elites mandatárias [...]. Desse modo, vale a pena perguntar se o ensino secundário no período se democratizou (porque se fazia urgente, e era moderno dar escolas a todos) ou se degenerou (porque a expansão do ensino enfraqueceu)?

Na transição entre o velho e o novo modelo de ensino secundário, em que os dilemas da democratização vêm à tona nos debates entre educadores, essa autora pontua a “inadequação educacional” dos anos 1950. Havia currículos impróprios, métodos obsoletos, professores com didática arcaica. Por isso, era preciso se modernizar.

Em âmbito nacional, as mensagens presidenciais de 1956 criticavam o curso secundário “acadêmico e verbalista”, demonstrando pouca atratividade pelas escolas comerciais (100.000 matriculados), escolas técnicas e industriais (17.000 matriculados) e elevado número de interessados pelo curso secundário, com cerca de 480.000 alunos. A recomendação era de que, “no presente estágio do nosso desenvolvimento industrial, urge encaminhar a mocidade, preferencialmente para as escolas técnico-profissionais [...]” (BRASIL, 1987, v. II, p. 258).

Na análise de artigos da revista *Escola Secundária*, entre 1957 e 1961, Rosa e Dallabrida (2016) reconhecem os principais impasses na discussão sobre o ensino secundário brasileiro:

Em primeiro lugar constata-se que, desde a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o ensino secundário passou por um crescimento inédito, que não foi acompanhado pelo seu desenvolvimento qualitativo, em boa medida devido ao grande contingente de professores leigos. Apesar dessa expansão quantitativa o ensino secundário ainda era elitista porque a maioria dos adolescentes de jovens entre 11 e 18 anos estava excluída desse nível de escolarização. Em segundo lugar acreditam que o ensino secundário prescrito pela Lei Orgânica do Ensino Secundário tinha um formato tradicional, rígido e elitista, que estava em descompasso com a modernização da sociedade brasileira no período de redemocratização pós-Estado Novo. (ROSA; DALLABRIDA, 2016, p. 268-269)

Na fórmula “expandir sem qualidade”, sobretudo pela ausência de professores qualificados, ainda se atendia a uma diminuta porção de jovens e mantinha-se o caráter seletivo. Além disso, o descompasso normativo, considerado “tradicional, rígido e elitista”, era reconhecido como um dos problemas da escola secundária brasileira, o que retrata o pensamento de uma época. Rosa e Dallabrida (2016) apontam que, na visão dos autores da referida revista,

a Diretoria do Ensino Secundário do MEC e a Cades eram percebidas como espaços institucionais de renovação pedagógica.

As mensagens presidenciais, de 1961 reconheciam o ensino médio como “ponto nevrálgico do problema educacional” que precisava mudar, porque a

[...] sociedade democrática, pela qual lutamos, não se pode compadecer com a existência de um sistema dual de ensino: um supostamente intelectual, para desenvolver as atividades do espírito, e que constituiria uma etapa propedêutica ao superior; outro, de tipo vocacional, com horizontes limitados, e destinados às classes menos favorecidas. Na verdade, deve-se encarar o ensino médio como uma preparação para as múltiplas e diversificadas tarefas de uma sociedade industrial, em que se vai transformando o Brasil. Temos urgentemente de estabelecer um sistema de igualdade das oportunidades educacionais [...]. (BRASIL, 1987, v. II, p. 349-350)

Percorreram-se as décadas 1940 a 1960, caracterizadas por uma retórica marcadamente atrelada à modernização do estado do Paraná, período em que se expandiu a rede de estabelecimentos, em especial nas gestões de Lupion. Em sua tese de doutorado, Souza (2014) já confirmava que, durante o segundo mandato de Lupion (1956-1961), ampliou-se o ensino secundário, fato relacionado ao crescimento demográfico e à pressão popular:

a escola era a materialização de um espaço de poder que iria fortalecer, [...] por meio de uma interlocução com medidas que se apoiavam do discurso de um governo moderno, democrático, capaz de atrair migrantes e recursos para o estado (SOUZA, 2014, p. 204).

O tom modernizador abrangeu várias faces de um mesmo Paraná, tais como a produção agrícola, o plano rodoviário, os âmbitos cultural e arquitetônico. No período em que se comemorava o centenário da emancipação política, o Paraná buscava se reafirmar como território e construir a identidade de

seu povo. Nessa composição de modernidades, visualizam-se a expansão da Pedagogia da Escola Nova, a modernização da prática pedagógica das escolas primárias rurais (FARIA; SCHELBAUER, 2019) e, como se procurou mostrar neste estudo, a expansão do ensino secundário.

Considerações finais

Inúmeras cidades foram citadas neste escrito, ato proposital, já que, a cada nome conhecido e desconhecido de municípios (a maioria de pequenas cidades interioranas), era como adentrar e percorrer o “sertão” paranaense. Com o objetivo de versar sobre a expansão do ensino secundário no estado do Paraná, entre 1942 e 1961, o entrelaçamento de escritos de época e a produção historiográfica permitem acompanhar o processo de (re)ocupação territorial e a expansão do ensino secundário.

Os anos 1949 e 1950 são o marco da expansão do ensino secundário no Paraná. Pilotto (1954) faz uma designação da segunda etapa, que contrastava com a primeira fase, como de “comercialização do ensino”, promovida pelo ensino particular. O posicionamento político desse educador tão influente no cenário educacional paranaense foi central para que a rede de ensino secundário público se expandisse em 1950 e 1960. Entretanto, essa expansão também experimentou problemas semelhantes aos do ensino secundário brasileiro, como a presença do “magistério de emergência”, composto por professores leigos.

De uma arquitetura escolar sem distinção, Castro (2010) identifica, a partir de 1948, o intento de se trazer uma linguagem formal para as escolas secundaristas, com linhas contidas, retas e racionais. Entre 1951 e 1955, esse programa educador e currículo invisível, como denomina Escolano (2001), receberam ares modernistas, sinalizando uma nova fase da arquitetura escolar.

A expansão significativa do ensino secundário, sobretudo nas duas gestões de Lupion, evidencia o processo de criação do curso de 1º ciclo, com desta-

que para o curso normal regional, porque era exclusivamente interiorano e respondia a duas situações emergenciais: formar docentes e criar escolas ginasiais no interior do estado. Um dado que inquieta e exige mais investigação é o fato de que o Paraná contrastava com as demais unidades federativas, pois, em 1955, era o único estado que superava a quantidade de escolas particulares, oferecendo o ensino secundário público em maior quantidade e em duas frentes de atuação, com a criação de cursos ginasiais e a transformação de ginásios municipais em estaduais, ocupando a terceira posição como unidade federativa, com a maior rede pública de ensino secundário em âmbito nacional naquele ano.

Entre o velho e o novo modelo de ensino secundário, os anos 50 do século XX se apresentavam inadequados, vivenciava-se um momento de transição e com muitos impasses. Enquanto isso, o Paraná, entre 1942 e 1961, apoiou-se em um discurso modernizante e na expansão do ensino secundário como forma de modernização.

Referências

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 26-104, abr./jun. 1955. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2936/2671>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim; BONTEMPI JUNIOR, Bruno. As reformas necessárias ao ensino secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 241-261, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a12v28n03.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Brasília, DF: Presidência da República, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14244.htm. Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)*. v. 1. Brasília: Ministério da Educação, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002962.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)*. v. 2. Brasília: Ministério da Educação, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

CAINELLI, Marlene Rosa. *Entre a roça e o ditado: a Campanha Nacional de Educação Rural – Londrina: 1952/1963*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

CAPELO, Maria Regina Clivati. *Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAVES JÚNIOR, Sérgio Roberto. A inspiração nos trabalhos “dos grandes Centros de Estudos Pedagógicos”: considerações sobre as Classes Integrais do Colégio Estadual do Paraná (1960-1967). *História da Educação (Online)*, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 81-100, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-34592018000200081&lng=en&nrm=iso&tlng=em. Acesso em: 12 dez. 2020.

CHAVES JÚNIOR, Sérgio Roberto. *Um embrião de laboratório de Pedagogia: as Classes Integrais do Colégio Estadual do Paraná no contexto das inovações pedagógicas no ensino secundário (1960-1967)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ESCOLANO, Agustín. *Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo*. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 21-57.

FARIA, Thais Bento. *Paraná, território de “vocação agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

FARIA, Thais Bento; SCHELBAUER, Anaete Regina. Modernização do “sertão” paranaense: atuação de Erasmo Pilotto e Diva Vidal na inovação de práticas pedagógicas (1940-1960). *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 19, n. 61, p. 502-526, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/25386/23517>. Acesso em: 20 mar. 2020.

HOFF, Sandino. A ocupação do norte. In: PAZ, Francisco (Org.). *Cenários de economia e política – Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991. p. 25-39.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPARDES, 1989.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo da Costa de (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política de governo do Paraná de 1930 a 80*. Curitiba: Seti, 2004. p. 141-225.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. (Coleção Repertórios). Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação (Online)*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, mai./jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLsCLPRNy7XpZ7x6WR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios). Curitiba: SAMP, 2017. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/ebook_urbanizacao_e_industrializacao_no_parana.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Kevin Lino de; CHAVES JUNIOR, Sérgio Roberto. História(s) do ensino secundário no Paraná (1942-1961): um estado da arte. *Holos*, [S.l.], v. 3, ano 36, p. 1-19, maio 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/9689>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. *História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo-publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/HistoriaAdministrativaParana_1853a1947.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1950.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956 pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Estado*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1956.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1957 pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1957.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1958 pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná*. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 1958.

PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná: síntese sobre o ensino público elementar e médio*. (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar. Publicação, n. 3). Rio de Janeiro: Marques Saraiva: MEC: INEP: CILEME, 1954.

PRIORI, Angelo *et al.* *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

ROSA, Fabiana Teixeira da; DALLABRIDA, Norberto. Circulação de ideias sobre a renovação do ensino secundário na Revista Escola Secundária (1957-1961). *História da Educação (Online)*, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 259-274, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v20n50/2236-3459-heduc-20-50-00259.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SCHLBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *História da Educação (Online)*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/4-souza.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. *Políticas públicas para a educação nos governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961): a instrução básica no estado do Paraná*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”: história e fantasmagorias*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VIEIRA, Carlos Eduardo. O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 53-73, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

Recebido em: 15 de dezembro de 2020

Aprovado em: 06 de setembro de 2021